

Quanto dinheiro vai pedir o Brasil

20 JAN 1987

por Celso Pinto
de São Paulo

Um dos pontos mais delicados na negociação da dívida externa será a fixação do superávit comercial previsto para este ano, base para o cálculo do "dinheiro novo" que o Brasil pedirá aos credores. Isso não só pela previsível pressão dos credores pela promessa de um superávit maior mas pelas próprias dúvidas da equipe brasileira.

No início da semana passada, o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, desembarcou em Washington para conversas com credores estimando um superávit comercial de US\$ 10,5 bilhões neste ano. Com isso, e supondo um acordo abrangente e bem-sucedido das dívidas oficiais no Clube de Paris, a necessidade de dinheiro novo iria a US\$ 3,5 bilhões em 1987.

Na quarta-feira à noite, três funcionários do Banco Central partiram para Paris para conversas preliminares, a nível técnico, com o Clube de Paris (cuja reunião negociadora formal começou ontem). Por indicação expressa do Ministério da Fazenda, eles levaram na bagagem a previsão de um superávit comercial de US\$ 9,5 bilhões em 1987, o que elevaria o pedido de dinheiro novo a US\$ 4,5 bilhões. A revisão chegou a Bracher, que continuava nos Estados Unidos.

Finalmente, na sexta-feira, segundo uma fonte credenciada, os exercícios de projeção e as conversas com os credores fizeram com que o número previsto para o superávit comercial para 1987 ficasse em US\$ 10,2 bilhões, o que implicaria uma necessidade de recursos novos de US\$ 3,8 bilhões. As projeções partem da expectativa de uma taxa de juro média de 6,5% no mercado interbancário londrino ("Libor") e a cotação de 18 dólares para o barril de petróleo.

É claro que todas estas estimativas estão condicionadas a inúmeras variáveis. Se o Clube de Paris, por exemplo, se recusar a renegociar o devido neste ano, a necessidade de novos recursos aumentará. De toda forma, o tamanho do superávit comercial é

GAZETA MERCANTIL

GAZETA M

20 JAN 1987

Máquinas para processar
metais laminados plano
Telex (011) 45079

ACERTO EXTERNO

Quanto dinheiro vai...

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

um dado vital porque é uma variável que depende, em grande medida, da política econômica e dos esforços do País.

Vários cálculos diferentes imaginam que é razoável supor um superávit comercial de US\$ 10 bilhões neste ano (o próprio governo norte-americano fez uma conta recente neste sentido). As contas de importação seriam poupadas de compras de bens de capital (em função do esperado desaquecimento econômico) e de alimentos (graças à boa safra). Com isso, e mantendo-se o nível de exportações, seria possível chegar a este superávit.

Alguns setores do governo acham, contudo, que este número é exagerado e exigiria uma retração maior da economia, além de um estímulo cambial adicional. O temor é de que, se o Brasil superestimar sua capacidade de gerar excedentes comerciais, subestimar a sua necessidade de recursos novos para sustentar o mínimo de crescimento desejado.

Em qualquer hipótese, é certo que a negociação será árdua. Se o Brasil colocar na mesa um pedido de US\$ 3,8 bilhões em dinheiro novo, terá de contar com uma boa parcela de recursos vinda dos bancos internacionais. E os bancos certamente pressionarão por um acordo formal do Brasil com o FMI.

Não se trata apenas de desconfiança em relação à capacidade brasileira de conduzir sua economia. O fato é que o Brasil terá de pagar neste ano US\$ 961 milhões em amortizações ao FMI por empréstimos tomados nos últimos anos. Se o Brasil firmasse um acordo com o Fundo poderia "rolar" esta dívida e encolher o pedido de dinheiro novo.

Uma fonte que mantém contatos frequentes com bancos credores argumenta que os banqueiros relutarão muito em dar dinheiro para o Brasil pagar ao FMI, já que, ao menos teoricamente, o papel do Fundo é exatamente ajudar países com problemas de balanço de pagamentos, e não agravá-los.

As amortizações devidas ao FMI neste ano são maiores do que as que serão pagas ao Banco Mundial (US\$ 68 milhões). No caso do Banco, no entanto, espera-se que os novos empréstimos sejam suficientes para cobrir a amortização e os juros devidos e sobre algum ingresso líquido.

Apesar das prováveis pressões, existem enormes resistências políticas a qualquer reaproximação brasileira com o FMI. Em relação à área econômica, uma coisa é certa: se depender da Fazenda, o Brasil não voltará a ter um programa formal com o Fundo, ainda que isso leve a um endurecimento nas negociações.

20 JAN 1987

Dinheiro
Ext